

Utopias no Rio de Janeiro Imperial¹

Fania Fridman

No presente trabalho serão apresentados alguns resultados de uma investigação em curso voltada para as repercussões dos ideários socialista e cristão no Brasil imperial, sobretudo no que tange aos projetos sugeridos (implementados ou não) para a capital. A pesquisa procura relacionar as idéias, os acontecimentos políticos e os urbanísticos procedendo por indícios. Trata-se de uma narrativa da memória carioca e de uma proposta de leitura da cidade partindo de alguns pressupostos sendo um deles o de que tais projetos foram negociados entre os seus formuladores, a casa real, as instituições e a população.

O ideário utópico e os acontecimentos

Se desde as Luzes na Europa a perspectiva liberal refletia o projeto burguês de criação de uma nação forte com o enaltecimento da cidadania através da emancipação de irlandeses, gregos, escravos e judeus, no Brasil ela assumiu um caráter nacionalista e foi defendida por importante parcela dos senhores de engenho e dos fazendeiros de café e de gado em sua luta contra os interesses comerciais estrangeiros.²

Antes de prosseguir, caberia retomar a origem do termo e das propostas socialistas no continente europeu, especialmente na França, para depois verificar suas repercussões no Rio de Janeiro. Ao procurar nos dicionários da língua francesa a etimologia da palavra *social*, esta viria do latim *socialis* (feito para viver em sociedade) e de *socius* (companheiro).³ No entanto, o termo *socialiste* empregado entre 1786 e 1798 seria o de adversário da revolução e de membro de uma sociedade aliada ao rei, isto é, um sentido oposto àquele dado pelo idioma inglês desde pelo menos 1822 e pelo francês a partir de 1830 - uma pessoa que pretende fazer prevalecer o bem geral sobre os interesses particulares e/ou que pertence a um partido que clama pelo socialismo.⁴

As idéias socialistas denominadas utópicas por Friedrich Engels, surgiram no decorrer da primeira metade do século XIX.⁵ De acordo com Ragon (1971), o socialismo foi introduzido na França por Pierre Leroux como a antítese do individualismo. Leroux foi um discípulo de Saint Simon, de sua máxima “a cada um segundo sua capacidade” e da

¹ O presente trabalho insere-se no projeto de pesquisa “Espaço e plano. Capítulos da urbanização fluminense”, realizada no âmbito do Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (Gesthu/Ippur/Ufrj) com o apoio do Cnpq e da Faperj, e contou com o empenho dos bolsistas de iniciação científica Cecília Elisabeth Barbosa Soares e Thiago Coutinho Rodrigues e do pesquisador Gabriel da Silva Vidal Cid, a quem agradeço a dedicação.

² No Dicionário de Moraes Silva a palavra *liberal* em 1844 significava não servil, independente, partidista do sistema liberal.

³ Encontramos em Bloch e Wartburg (1968) que a expressão *vida social* já utilizada no século XIV, tornou-se usual no curso do século XVIII em parte sob a influência do “Contrato Social” de Rousseau (1761).

⁴ As palavras *socialismo* e *socialista* só foram incluídas oficialmente pela Academia Francesa em 1878.

⁵ No entanto, as utopias relacionadas a novas formas de cidades vem pelo menos do século XVI quando foi publicada “A Utopia” de Thomas More (1516), seguida no setecentos pela “Cidade do Sol” de Tommaso Campanella (1623) e pela “Nova Atlântica” de Francis Bacon (1627). No século XIX tiveram impacto as alternativas visionárias da “Viagem a Icária” de Etienne Cabet (1839), da “Victoria” de James Buckingham (1849) e da “Hygeia” de Benjamin Ward Richardson (1876) para as formulações de médicos, engenheiros, filantropos e de urbanistas.

religião como a busca de melhores condições para a vida dos pobres.⁶ Lembremos que desde as primeiras décadas do Oitocentos nas sociedades européias industriais, as cidades passaram a ser encaradas como problemas ou origem de problemas e Leroux ficou conhecido por organizar uma sociedade em La Creuse (em Boussac), com operários, jornalistas e advogados combinando o trabalho agrícola com industrial em uma vida cooperativa. Além de líder popular da revolução de 1848, tornou-se um importante representante do romantismo social francês⁷ ao pregar uma nova fé - a “religião da humanidade” com princípios de solidariedade e de comunhão moral.⁸ Na mesma linha ideológica encontrava-se o escocês Robert Owen, crítico do liberalismo - por enaltecer o individualismo e não eliminar a pobreza - que usou a palavra *socialismo* para denominar a doutrina cooperativista introduzida em sua fábrica em New Lanark (Escócia), onde foram construídas casas para operários, jardim de infância e um armazém com produtos vendidos a preço justo.⁹ Mas retornemos às propostas de militantes franceses acerca do socialismo.

Charles Fourier chamava de *socianisme* a reestruturação total da sociedade baseada em princípios de associação e de cooperação nos falanstérios - unidades de habitação concebidas para 1.600 pessoas nas quais seriam construídos imóveis coletivos para as classes menos favorecidas. Ainda segundo Ragon (op.cit.), como meio de evitarem-se os vícios da cidade industrial, tornar-se-ia o falanstério lugar da salubridade e beleza instituído como uma sociedade por ações. Na Teoria da Unidade Universal misturavam-se idéias burguesas industrialistas de eficácia, de rendimento e de ordem militar às de prazer e de estética formuladas como valores morais. Do ponto de vista urbanístico, haveria três cinturões: a cidade central, onde seria abolido o plano em xadrez, as praças formariam a oitava parte do assentamento e as ruas teriam 18 metros de largura, mesma medida para a altura das construções particulares e coletivas que conteriam espaços livres; nos subúrbios estariam as grandes fábricas rodeados por avenidas e, por fim, a periferia. Seria mantida a propriedade e cada capitalista e trabalhador, teria a sua parte. Ragon considera Fourier o primeiro urbanista moderno e um precursor do zoneamento ao propor a localização distinta para as diversas atividades e romper com a aglomeração do passado integrando ao campo as atividades industriais da cidade.

Seu discípulo Victor Considerant, um engenheiro politécnico, abandonou a carreira em 1831 para propagar as idéias fourieristas.¹⁰ Para ele o fourierismo era um sistema de

⁶ Em seus escritos, sendo o livro “Novo Cristianismo” publicado em 1825 um dos mais significativos, Saint Simon afirma que era preciso uma base cristã na nova organização científica e industrial da sociedade, cuja direção seria confiada aos Conselhos Econômicos formados pelos membros mais capazes. A propriedade se manteria, a herança seria suprimida e os bens repartidos. As palavras-chave para o urbanismo seriam higiene e rentabilidade.

⁷ Este romantismo teria sido um movimento cultural nascido ao final do século XVIII como um protesto à civilização capitalista e à sociedade burguesa industrial baseada na racionalidade burocrática, no reinado mercantil, na quantificação da vida social e no “desencantamento do mundo” (Lowy, 1999). Seria, portanto, um clamor de valores humanitários, culturais e artísticos.

⁸ Eleito deputado em Paris após a revolução, teve intervenções memoráveis na Constituinte e na Assembléia Legislativa defendendo os insurgentes. Depois do Golpe, partiu para a Inglaterra onde, em conjunto com Louis Blanc e Etienne Cabet, organizariam a Union Socialiste.

⁹ Owen criou em 1824 com recursos próprios a colônia socialista New Harmony nos Estados Unidos, de acordo com a sua proposta urbanística de criação de cidades novas com população oscilando entre 500 e 2.000 habitantes que se autogovernariam.

¹⁰ Considerant estabeleceu em Paris a École Sociétaire para convertê-la no centro do movimento. Em Lyon

associação que realizaria o cristianismo “a exaltação na terra do reino de Deus e da sua justiça, o paraíso reconquistado” (Ragon, op.cit., pg. 58)¹¹ nas cidades onde, até então, as condições de habitabilidade - higiene, conforto e estética - assim como a distribuição de água, o sistema de calefação, a iluminação e a circulação em ruas galerias estavam ausentes. As comunidades se fundariam sobre a igualdade absoluta de todos os membros, ainda que houvesse uma hierarquia baseada na diversidade de aptidões e de sua retribuição.¹²

A crise da habitação era ítem da agenda dos católicos e socialistas. Na década de 1840 o médico Louis-René Villermé realizou um inquérito sobre as condições de vida dos operários que tornou-se a origem de um Plano de Construções Públicas para as classes menos abastadas. Neste Plano, mesmo que recomendado, não foi possível limitar o exercício da propriedade fundiária e predial. Na mesma ocasião, a Ordem de São Vicente de Paula levantou as condições de higiene dos alojamentos dos operários de Lille e a Société d' Economie Charitable publicou os “Annales de La Charité” sobre o problema do saneamento dos bairros operários, fontes utilizadas nas denúncias do socialista Louis Auguste Blanqui. Os religiosos respeitavam a propriedade privada, mas tal direito deveria ceder perante o interesse público. Apesar dos clamores, pode-se atribuir à epidemia de cólera de 1849 a primeira Lei Francesa de Urbanismo (1850) pela qual os proprietários seriam obrigados a eliminar a insalubridade nos alojamentos e as autoridades locais poderiam, em caso de necessidade ou de desrespeito à lei, desapropriar os imóveis a partir de 1852.¹³

Marx e Engels já diziam antes da revolução de 1848 que qualquer reforma parcial se traduziria na confirmação do sistema e, portanto, ineficaz na luta de superação do capitalismo. Tal análise é corroborada por Leonardo Benevolo (1987) ao referir-se aos vinte anos posteriores ao movimento quando, no âmbito do novo conservadorismo, realizaram-se grandes intervenções urbanísticas em Paris, Bruxelas, Viena, Barcelona e obras de saneamento na Grande Londres, projetadas e realizadas por funcionários e homens da ciência europeu que

se dão conta da importância que uma política orgânica de obras públicas pode ter para a estabilidade política dos respectivos países; as reformas parciais, mesmo as elaboradas pela oposição de esquerda, podem ser promovidas para evitar uma pressão demasiado forte sobre as instituições a conservar (Benevolo, 1987, pg. 116).

os operários organizaram-se na Société Union Industrielle em 1841 no intuito de formarem uma comunidade fourierista no futuro. Entre as experiências podem ser citadas os falanstérios no Texas organizados em meados da década de 1850.

¹¹ De acordo com Adamovsky (2003), em um dos últimos capítulos do livro “Le socialisme devant le vieux monde”, editado no calor da revolução de 1848, Considerant diz que o czar Nicolau da Rússia poderia tornar-se um “instrumento da Providência” ao salvar a revolução, a democracia e a liberdade com o estabelecimento de uma união pan-eslava com as hordas asiáticas lutando contra a Europa. Uma vez que estivesse tudo destruído, tais hordas se uniriam aos trabalhadores europeus dando origem ao socialismo.

¹² A verdadeira higiene seria alcançada com a eliminação dos resíduos, dos cafés e das casas de jogos aliada à limpeza das ruas (que seriam largas e retas), solução esplanada por Cabet em sua cidade ideal Icária. Proudhon, um outro discípulo de Fourier, em seu “Du principe de l’art et de sa destination sociale” (1865) centrou sua análise nos princípios de progresso e de racionalidade aliados à estética e a critérios de utilidade.

¹³ Em 1845 foi fundada na Inglaterra a Society for Improving the Dwellings of the Labouring Class financiada por particulares abastados e em 1851 promulgaram-se duas leis sobre construções subsidiadas para os trabalhadores.

Para este autor definiram-se no século XIX duas posições para corrigir os males da cidade industrial, sobretudo a miséria: as proposições de novas formas urbanas; e os novos regulamentos de higiene e de novas instalações através da moderna legislação urbana que tornara-se uma

simples técnica ao serviço do poder constituído; mas não se torna por isso politicamente neutra, caindo sim no âmbito da nova ideologia conservadora em formação precisamente nesses anos, do bonapartismo em França, dos grupos tories inovadores em Inglaterra, do imperialismo bismarkiano na Alemanha. Daqui deriva a feição agnóstica e subalterna das principais experiências urbanísticas posteriores a 48; por trás da qual se esconde o paternalismo político da nova direita (pg. 10).

Os utópicos, e os nem tanto, nos trópicos

O fenómeno da emigração francesa para o Brasil iniciou-se em 1814 com o restabelecimento das relações entre Portugal e França. O Tratado de Amizade, Comércio e Navegação assinado em 1826 consolidou as relações entre as duas coroas, permitindo aos súditos liberdade de consciência em matéria religiosa, o direito de propriedade e a isenção de serviço militar obrigatório, de empréstimo forçado e de requisições militares. Garantia ainda liberdade de residência, de comércio e de navegação em todos os portos. Para Priore (2005) já repercutiam os ideais iluministas nos meios intelectuais e políticos nos projetos relativos à formação do novo território. E, segundo Glénisson (2009), o Brasil era tido na Europa como muito liberal.¹⁴

No debate entre os estudiosos filio-me à concepção do primeiro Estado imperial não constituir-se em continuação do colonial. A transmigração da corte em 1808 com o Brasil assumindo o papel metropolitano, a sua elevação a Reino Unido por imposição do Congresso de Viena e o processo político da Independência seriam marcos de descontinuidade na mentalidade que influenciaram, entre outras medidas, o início de uma política de imigração estrangeira. A contratação de mão de obra europeia para colonização foi iniciada por d. João quando criaram-se as condições de atração de não lusitanos com permissão de concessão de terras nas colônias fundadas pelo governo.¹⁵

Ainda que a orientação para o povoamento, logo após a Independência, basear-se na instituição de núcleos agrícolas e “industriosos” em cada município da província fluminense com mão de obra livre e branca,¹⁶ a vinda de franceses teve principalmente destino urbano. A primeira leva contou com Grandjean de Montigny, membro da Missão Francesa cujo destino foi o Rio de Janeiro. Em 1840 desembarcam em Recife engenheiros contratados pelo governo - Louis Léger Vauthier, Henri Auguste Millet¹⁷ e Pierre Victor

¹⁴ As idéias liberais de economia política foram introduzidas no Brasil por José da Silva Lisboa que exaltava o trabalho livre e o “associado”. Entre 1827 e 1863 eram ensinadas nas faculdades de direito de Olinda e de São Paulo, período onde “liberdade econômica, isto é, a de trabalho e de trocas elevou-se à mesma categoria da liberdade de consciência ou da liberdade de imprensa” (Hugon, 1994, pg. 350).

¹⁵ Houve também iniciativas privadas com a introdução do sistema de parceria e ambas as experiências de colonização visavam a obtenção de braços para os serviços agrícolas (Diegues Junior, 1959).

¹⁶ Para José Bonifácio a escravidão, além de contrária aos princípios da razão e da religião, era prejudicial aos interesses econômicos e políticos dos proprietários e levava à degeneração moral dos homens.

¹⁷ Chegou jovem ao Recife onde se casou, tornou-se senhor de engenho e exerceu vários cargos. Publicou artigos sobre a abolição das tarifas aduaneiras e a necessidade de apoio aos engenhos centrais, propôs a

Boulitreau sob a coordenação do primeiro que exerceu o cargo de Chefe das Obras Públicas da Província de Pernambuco entre 1840 e 1846, e Jean Etienne Seraine,¹⁸ exilado e desembarcado no Rio de Janeiro em 1827, posteriormente comissionado pelo governo do Ceará e do Maranhão até 1854.

Em seus trabalhos Vauthier - segundo alguns estudiosos, um seguidor de Fourier, mas há controvérsias - considerava fundamental o “elemento humano” para a arquitetura, estradas, pontes e para o abastecimento de água e propunha o aproveitamento das terras abandonadas por falta de estradas e acesso.¹⁹ Em sua estada de seis anos em Recife, fez amizade com Antonio Pedro de Figueredo, fundador da revista “O Progresso”, periódico de divulgação de idéias como a reforma agrária, a reforma social e a libertação dos escravos (Rodrigues, 1969). Na coluna Interesses Provinciais, editada entre 1846 e 1848, foram publicadas as propostas de Vauthier e Millet para a reorganização espacial - criação de um Conselho Provincial para verificar as contas dos órgãos públicos e de uma nova circunscrição territorial; cobrança de impostos sobre heranças e sobre rendas superiores a 200 mil réis anuais; distribuição de terras de acordo com a produtividade de 100 braças quadradas de superfície e o estabelecimento de um Banco Popular.

Depois do golpe de Luis Bonaparte em 1848, o Processo de Versalhes condenou mais de trinta insurgentes entre os quais Victor Considerant e Louis Vauthier, de volta à França desde 1846. O “Diário do Rio de Janeiro” assim se referiu na edição de 11 de janeiro de 1850:

Considerant, condenado a deportação, é, como se sabe, chefe da Escola Falansteriana. Até a revolução de fevereiro, Considerant não suspeitava que era republicano e o seu jornal, a *Démocratie Pacifique*, abundava em protestos monárquicos, desde então representante do povo, encheu-se de entusiasmo, julgou que era chegada a sua hora, e pregou o Fourierismo em seu jornal e na tribuna. (...) o chefe do Falanstério viu-se no dia 13 de junho um dos representantes mais comprometidos na insurreição, e caiu nela de olhos fechados, procurando sempre atrás de si o povo que não vinha. Quando se viu sozinho, meteu-se na estrada de ferro e refugiou-se na Bélgica. (...) Seu discípulo, seu emulo, Cantagrel, foi logo reunir-se a ele. (...) Vauthier foi mais infeliz: deixou-se prender e foi condenado a deportação... (pg. 2).

O médico francês Benoit Jules Mure chegou ao Brasil em 1840 recebendo do imperador entusiasta da imigração por considerá-la instrumento de ocupação civilizada do território, autorização para o estabelecimento de uma colônia industrial. Foi-lhe concedida em 1841 uma porção de terras em Santa Catarina para agrupar 500 pessoas como ourives, engenheiros, médicos, serralheiros, entre outras profissões. Tratava-se de um projeto de colonização associacionista, precursora do falanstério. Depois de desfeita a colônia de Saí, operários deslocaram-se para obras públicas no Rio de Janeiro e Mure, em conjunto com Manuel Gaspar de Siqueira Rego, João Vicente Martins e Edmond Tiberghien, declarados

realização de congressos agrícolas e a fundação de uma Escola Prática de Agricultura, foi agraciado pelo imperador em 1860 como Cavaleiro da Ordem de Cristo e fêz parte da Assembléia Constituinte do Estado em 1891. De acordo com o “Diário do Rio de Janeiro” de 20/12/1847 consta na Seção Movimento do Porto um passageiro francês de nome Augusto Millet no vapor Brasília para Itaguaí, portanto poucos meses antes de explodir a revolução Praieira em 1848.

¹⁸ No Rio de Janeiro construiu engenhos de açúcar e realizou trabalhos de drenagem de pântanos. No nordeste exerceu atividades técnicas públicas e tornou-se fazendeiro plantador de algodão. Pelo decreto 159 de 22/9/1840 obteve a carta de naturalização.

¹⁹ Silva Telles (1984) reconhece nestes engenheiros a vulgarização do uso de tijolos em paredes e uma nova mentalidade aplicada em procedimentos administrativos de construção.

“discípulos veneradores de Fourier”, passaram a publicar o jornal “O Socialista da Província do Rio de Janeiro” a partir de 1845. Para eles o termo *socialismo* estaria associado a três significados: conservação, melhoramento e ciência social - conservar o que havia de bom e melhorar o insuficiente. O jornal também se manifestava a favor da demarcação das terras indígenas, a estabilidade política através da conservação da monarquia constitucional com reformas como o fim da escravidão, e a complementaridade entre socialismo e homeopatia.²⁰

“(…) enfim, todo o aperfeiçoamento de que for suscetível a sociedade (...) quer na parte moral, quer na material (...). Assim, pois o socialista tratará de agronomia prática, economia social, didática jacotista, política preventiva e medicina doméstica, e sobretudo do socialismo, ciência novamente explorada, da qual basta dizer que seu fim é ensinar aos homens a se amarem uns aos outros” (O Socialista da Província do Rio de Janeiro nº 1, 1/8/1845 apud Gallo, 2008).

Leonídio (2007) afirma que as idéias utópicas entraram no Brasil na década de 1840 ganhando força com o positivismo e com os livros sobre socialismo que chegavam da França. O primeiro periódico a defender as idéias do socialismo utópico teria sido “O Globo” “jornal filosófico, literário, industrial e científico” fundado no Rio de Janeiro em 1844, de propriedade de Agostinho de Freitas Guimarães.²¹ No primeiro número foi apresentado um resumo das idéias fourieristas e definido o socialismo como uma “ciência social” de organização do trabalho. Consta que Charles Fourier encontrava-se em Buenos Aires em 1837 e seu discípulo Eugenie Tandonnet em Montevidéu onde fundou o periódico *Le Messager Français*, deslocando-se para o Rio de Janeiro em 1845 onde passou a contribuir com *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*. Um outro periódico, o *hebdomadário “Courier du Brésil”*, recebendo contribuições de partícipes da revolução de 1848, saiu aos domingos cariocas entre 1854 e 1862. E aquele que talvez possa ser considerado o primeiro jornal brasileiro operário, o “Eco da Imprensa”, foi editado a partir de 1856 pela Associação Tipográfica Fluminense que, no seu movimento de greve, publicou durante três meses de 1858 o *Jornal dos Tipógrafos* onde se veicularam idéias dos socialistas utópicos (Linhares, 1977).²²

Segundo Alves Filho (2006), José Inácio de Abreu e Lima, militar e jornalista polêmico no Rio de Janeiro e em Recife, foi o primeiro brasileiro a escrever sobre “Socialismo” (seu livro de 1855), entendido como uma justaposição de princípios éticos do cristianismo com idéias positivistas, racionalistas e evolucionistas dos pensadores franceses

²⁰ O Instituto Homeopático do Brasil foi criado em 1843 por Benoit Jules Mure e Vicente José Lisboa para propagar a homeopatia em favor dos pobres e do qual fizeram parte membros da Academia Imperial de Medicina como José Pereira Rego e José Maria de Noronha Feital que, mais tarde combateram com veemência a doutrina homeopática (ver *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil*). Deste Instituto teriam sido encaminhados os estatutos da Sociedade Prosperidade como uma companhia de seguros dos escravos, tratados segundo tais preceitos. Também de 1843 foi a Associação Paternal, igualmente fundada por franceses (inclusive o cônsul) e filiada à sua congênere de Lyon para a instrução primária e ensinamento religiosos às crianças pobres.

²¹ De acordo com o *Almanaque Laemmert*, a partir de 1854 a razão social de A. F. Guimarães passa para *Typographia Episcopal* que entra em liquidação em 1886.

²² Penna (2007) assinala o surgimento do Clube Literário Quarto Estado, uma associação operária que publicou o semanário “O Povo” a partir de 1873. Outros periódicos na mesma década foram “A Gazeta Artística”, “A Gazeta dos Operários”, “O Proletário” e “O Socialista”, todos com influência do socialismo marxista.

do século XIX. Para Abreu e Lima

o socialismo não é uma ciência, nem uma doutrina, nem uma religião, nem uma seita, nem um sistema, nem um princípio, nem uma idéia, é mais do que tudo isto, porque é um desígnio da Providência” (apud Alves Filho, op.cit., pg.6).

Dizia ainda que “não pode haver perfeita liberdade política sem a civil e a religiosa” e que as “palavras escravidão e direito são contraditórias e se excluem mutuamente” (apud Mattos, 2007, pg. 159). Reconhecia que somente um governo forte (leia-se centralizado) preservaria a ordem, garantidora da independência do Império e da liberdade dos súditos e cidadãos brasileiros.

Posição oposta, mas nem tanto, apresentava-se em 1849 na revista “Guanabara”, dirigida por Manuel Araújo Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo e Antônio Gonçalves Dias:

convence os espíritos de que nada mais nos resta a experimentar, e que devemos concentrar todas as nossas forças para o desenvolvimento moral e intelectual, única base de um seguro e permanente progresso (apud Mattos, op.cit., pg. 22).

Ou no “Diário do Rio de Janeiro” na edição de 12/1/1853 em artigo sobre a França e o socialismo, este caracterizado como “o esgotismo (sic) dos sentimentos sociais”. E, três dias mais tarde, opinando que

a tarefa mais difícil e mais santa de um governo que compreende seus deveres, não é manter o sossego das ruas e a tranquilidade material. A ordem moral tem também necessidade de ser definida com vigilância e com firmeza. Fazer de modo que todos, pela ordem e trabalho, possam atingir a independência e a segurança...(pg.2)

Assinale-se que nos dicionários brasileiros da língua portuguesa como de Solano Constâncio e de Roquette, publicados respectivamente em 1854 e 1869, não constavam a palavra *socialismo*.

O urbanismo imperial e a modernização concertada no Rio de Janeiro

Com a transmigração da corte em 1808 o Rio de Janeiro tornou-se sede da monarquia e do império.²³ Como nova capital do mundo português, sediou as instituições decisórias do Estado e a moradia do soberano. Além da presença da burocracia influenciando as transformações do cotidiano, foram estabelecidas instituições como a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil à qual cabia, entre outras funções, aprovar arruamentos, conservar estradas, fontes e chafarizes; arborizar praças; fiscalizar as edificações, transportes, limpeza das ruas, teatros e as estalagens; reprimir a mendicância e amparar indigentes; expedir passaportes e zelar pelos serviços de colonização. Como primeiras atuações devedoras das novas concepções, estão o abastecimento de água potável, a proibição do uso de rótulas e gelosias de madeira e a repressão política.²⁴

²³ Um império luso-brasileiro que, de acordo com o ideário defendido pela Geração de 1790 capitaneada por Rodrigo de Souza Coutinho e José Bonifácio, se manteria com uma elite de talentos promotora do progresso, formada por escolas e pela igreja.

²⁴ “Assim, policiar implicava garantir que a cidade proporcionasse um abrigo pacífico de lealdade política em meio ao tumulto da Europa napoleônica e da América espanhola insurgente” (Schultz, 2008, pg. 156).

Uma narrativa das intervenções públicas no século XIX além de dedicar-se às formas e à localização, deve conter também a construção da ordem na cidade que deveria fazer-se corte, pois a presença de estrangeiros - os escravos - obrigaram o reforço da polícia, isto é, o conjunto de leis e disposições que asseguraram a moralidade e a segurança com o controle mais estreito dos comportamentos públicos e sociais.

As intervenções propostas para o Rio de Janeiro no século XIX iniciaram-se com a Colônia Lebreton, denominada de Missão Francesa por parte da historiografia, chegada em 1816 com a finalidade de iniciar um Liceu de Artes e Ofícios e divulgar a arte renascentista italiana. O arquiteto Grandjean de Montigny envolveu-se em vários programas de intervenção para uma faixa designada para expansão, a Cidade Nova.²⁵ As ações naquela área refletiam o desejo de se implantarem hábitos civilizados e firmar o centro de poder da capital do império português através de uma nova imagem que se intentava imprimir em contraposição à cidade velha. Pode-se interpretá-la ainda como uma resposta à urbe sitiada pela *sub-cidade* africana que era o Valongo.

Os anos que se seguiram marcaram a concepção de um *urbanismo imperial*, rascunhado pelos artistas franceses e pelas propostas que vislumbravam explicitar a condição de uma nação que surgia sob o comando de d. Pedro I. O discurso higienista chamava atenção para os problemas de ordem sanitária nos quarteirões onde surgiam as primeiras habitações coletivas. A contar da terceira década do século XIX, o Rio de Janeiro dispunha de posturas relativas à salubridade, e em 1835 foi promulgado um decreto relativo à demarcação de um canal e de caminhos. Passados três anos, posturas municipais²⁶ referiram-se à obrigatoriedade do alinhamento das ruas, cujas larguras não deveriam ser inferiores a 60 palmos (13,20 metros), e ao desenho de quadrados perfeitos para praças e largos (Mendonça, 1936).²⁷ Relembrando Gilberto Freyre (2003), com os sobrados diminuindo as senzalas, aumentaram os casebres e os mucambos nas partes *sujas* da cidade, onde não haviam chegado as obras de aterro e drenagem, tornando-se barreiras à valorização dos imóveis e empecilhos à permanência da classe abastada ameaçada por esta vizinhança. Nesta sociedade escravista a preocupação era a de civilizar o povo mantendo a ordem social. Se em 1821, 45,6% da população do Rio de Janeiro era escrava, em 1838 o percentual atingiu 42,7%.

A proporção entre homens livres e escravos dá bem uma medida da importância das instituições policiais, militares e para-militares na manutenção da ordem. O incremento da urbanização naquela

²⁵ Projetou uma praça de touros e um grande anfiteatro, o cercamento do Campo da Aclamação, a retificação do Caminho das Lanternas e a abertura de uma avenida, denominada Imperial tal como aquela existente em Paris, entre os largos do Rossio e da Ajuda e que implicaria no arrasamento do morro de Santo Antônio (Fridman, 2007). Ressalte-se que já nos anos 1820, o entorno do Campo da Aclamação já indicava sinais de adensamento abrigando nobres, comerciantes portugueses e militares. No entanto, persistiam as antigas chácaras do início dos oitocentos e os terrenos alagadiços ainda não tinham sido completamente aterrados.

²⁶ A lei de 1º de outubro de 1828 determinou que as Câmaras teriam a responsabilidade de formular as posturas (relativas ao alinhamento, limpeza, higiene, iluminação e ao descongestionamento dos logradouros públicos) através de um quadro de funcionários que também seriam responsáveis por sua fiscalização (M. Marx, 1991). Com o Ato Adicional de 1834 ao Rio de Janeiro foi anexada parte do território circundante passando a somar 1892 km². No Código de Posturas do Rio de Janeiro de 1838, foram demarcadas a “zona da cidade”, que pagaria a décima urbana, e a “zona dos campos”. A lei de 4/6/1845 modificou esta demarcação e constituiu a “zona de légua” abarcando os subúrbios (Rios Filho, 2000).

²⁷ Em 1832 ocorreu uma reforma no ensino da engenharia militar quando, por influência francesa, foram incluídos dois anos para o estudo de desenho de arquitetura civil e de hidráulica. Outras reformas ocorreram em 1839 e 1842. Em 1848 para a formação em engenharia civil, criou-se a Escola Central.

sociedade escravista, tornou, evidentemente, mais complexo o controle social (Werneck da Silva, 1981, pg. 17).²⁸

Beaurepaire Rohan²⁹ considerava o poder público “acima dos interesses particulares visando o bem da sociedade” (Rabha, 2008, pg. 17). Em seu Relatório como diretor de Obras Públicas em 1843 alegando que “muitos dos defeitos da cidade são oriundos da falta de um plano” (idem, pg. 18), sugeriu um Plano Colossal com aplicação de regras geométricas à planta da cidade e de normas de edificação e de parcelamento além de praças e espaços livres para aeração e desfrute. Com claras influências do movimento higienista e considerando a poluição da Baía de Guanabara “uma indecência”, propôs além da arborização, a derrubada do morro do Castelo, novas técnicas de drenagem dos charcos e de pavimentação, o deslocamento de matadouros, cemitérios e de hospitais, a implantação do abastecimento de água e de sistemas de coleta de lixo e de esgotamento sanitário. E ainda, a elevação do caimento das calçadas com a criação de sarjetas para conduzir as águas e a construção de reservatórios de águas pluviais nos quintais das casas. Para facilitar a circulação, recomendou a demolição de 5.657 prédios, a partir daqueles com menor valor, e que corresponderiam a 40% dos 14.105 existentes e a ampliação do número de quadras com a abertura ou prolongamento com pavimentação de mais de 50 ruas e praças na direção oeste da cidade.³⁰ A largura das ruas seria de 8 braças (17,6 metros), os quarteirões mediriam 30 braças (66 metros) e a testada dos lotes padrão, 6 braças (13,2 metros). Para a implementação deste plano urbano se contaria com uma sociedade por ações com participação dos proprietários das casas e de empresas privadas e os recursos advindos de novos impostos sobre as carruagens, botes e o gado. Andreatta (2006) recupera a perspectiva explicitada por Beaurepaire da necessidade do conhecimento das condições sociais antes de Engels elaborar seu texto “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (1845) e de Ildefons Cerdà utilizar a estatística social em seu projeto para Barcelona.³¹

Da metade do Oitocentos em diante, período de transição do trabalho escravo para o livre, a imprensa, a literatura, a engenharia, a medicina, o direito e a filantropia passaram a denunciar a pobreza, cujo lugar no Rio de Janeiro era o cortiço habitado por escravos alforriados e por imigrantes estrangeiros - seu percentual aumentava: se representava 7% da população carioca em 1838 teria alcançado 34,8% em 1872 (Menezes, 1996). Tal lugar era, portanto, merecedor de atenção: em 1854 foram promulgados regulamentos policiais

²⁸ Cinco anos após a organização das Guardas Nacionais em 1831, os Guardas Urbanos faziam rondas das 18 hs às 6 hs nas freguesias “de dentro” - Sacramento, Candelária, São José, Santa Rita, Lagoa, Glória e Engenho Velho. Nas três primeiras décadas do oitocentos, a fuga dos escravos era a principal forma de rebeldia. Existiam quilombos nas matas de Santa Tereza e Laranjeiras para onde deslocou-se uma grande expedição policial com auxílio de tropas do Exército ocasionando a prisão de mais de duzentos negros (Soares, 2008). Havia também quilombos nas montanhas da Lagoa e do Engenho Velho e nas freguesias rurais de Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba e Iguaçú.

²⁹ Henrique Beaurepaire Rohan, marechal-de-campo, membro do Conselho de Sua Majestade, Guarda Roupas da Imperial Câmara, dignatário da Ordem da Rosa e comendador da Ordem de Cristo e Aviz, foi condecorado com a Medalha de Uruguayana. Após seu Relatório, foi colaborador de Glaziou, Presidente das Províncias do Pará e da Paraíba entre 1856 e 1857 e membro da Sociedade Central de Imigração, fundada em 1881.

³⁰ As desapropriações por utilidade pública eram previstas desde o decreto de 9/9/1826, reafirmadas em 1829 e pelo decreto 353 de 12/7/1845 onde estavam também previstas as de utilidade municipal.

³¹ Entusiasta do progresso e do espraiamento, dizia ainda serem as estradas de ferro instrumentos para harmonizar e “escapar da compacidade do território” (Andreatta, op.cit., pg. 115).

dirigidos às estalagens e estalajadeiros exigindo títulos de residências aos oficiais mecânicos estrangeiros e atestados de guardas para os nacionais.³²

A provisão de moradia para esta gente pobre tornou-se um assunto ingente desde então. Havia várias modalidades de habitação, por mais precária que ela fosse em geral - estalagem, cortiço ou casa de cômodos. E o zungú, forma comunitária popular e misto de abrigo e comércio - quitandas ou casas de refeições (sobretudo de angu) - alojando a população negra de baixa renda além de servir como refúgio clandestino usado por uma rede de apoio mútuo para escravos fugidos. Atuando também como ponto de manutenção de costumes africanos que incluíam festas e práticas religiosas, era alvo da repressão policial (Soares, 1998).

Uma Comissão de Engenheiros foi formada em 1850 para ocupar-se dos melhoramentos urbanos e à Junta Central de Higiene, de 1851, caberia propor e executar medidas necessárias à saúde pública, institucionalizando um novo tipo de medicina, social, preventiva e organizada como poder político. Para Benchimol (1990) “um braço a serviço da prosperidade e segurança do Estado” face ao perigo da coabitação numerosa e a grande concentração humana causadoras da degeneração física e moral.

Na emergência de um espaço público urbano que era preciso embelezar e higienizar, o canal do Mangue, cujas obras já haviam sido pensadas desde o reinado de d. João VI, foram iniciadas pelo barão de Mauá em 1857 para corrigir os focos de mosquitos e as exalações desagradáveis. Ao barão devemos também a fábrica de Gás na rua São Pedro da Cidade Nova, implantada para a iluminação pública e doméstica em 1851. Nas suas proximidades foram levantados dormitórios coletivos para os acendedores de lampião e para os escravos, além da biblioteca, cozinha, botica, tanque para lavar roupa e dos jardins (Gerson, 2000), motivo pelo qual foi considerado à época um saint-simonista. Ainda no sentido sanitário mas aliado à criação de uma nova sensibilidade burguesa através de obras remoldando a cidade capital do império, Auguste François Marie Glaziou, botânico francês aportou em 1858 a convite de d. Pedro II para a construção e reforma dos espaços livres no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil. Seus principais projetos paisagísticos foram as reformas daqueles locais frequentados pela elite carioca - Passeio Público, Quinta da Boa Vista e Campo de Santana. Executou também os jardins do Largo de São Francisco de Paula e da praça Tiradentes.³³

Da década de 1860 datam a instalação de redes de esgotos e de águas pluviais na área central pela companhia inglesa The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited e o Relatório da Junta Central de Higiene Pública (1866) apresentado por José Pereira Rego, o barão do Lavradio, com cláusulas para uniformização da altura dos edifícios e fachada contínua nas ruas e praças. Neste sentido, propostas de remodelação através de bairros salubres, normas para a edificação, alargamento de ruas, arborização, redes de água e de esgotos e limpeza pública decorreram de uma medicina social

³² Uma norma do Ministério dos Negócios da Justiça de 1834 impôs a expulsão dos estrangeiros que conspirassem, fossem responsáveis por periódicos anarquistas ou pertencessem a partido anti-nacional.

³³ Cabe salientar o tratamento de espaços públicos fora da área central, como os bairros da Glória e de Botafogo, e aqueles mais distantes, como Méier e Engenho de Dentro. Realizou ainda obras para particulares, como os jardins das residências das princesas imperiais, da família do barão de Nova Friburgo e do barão de Mauá, no Rio de Janeiro, além de projetos de paisagismo em outras cidades. Acumulou os cargos de Diretor dos Parques e Jardins da Casa Imperial e Inspetor dos Jardins Municipais, além de integrar a Associação Brasileira de Aclimação. Agraciado com a Ordem de Cristo e a Ordem da Rosa, Glaziou permaneceu no Brasil até 1897.

“submetendo a normas e interdições o crescimento ‘espontâneo’ da cidade” (Benchimol, op. cit., pg. 117).

No intuito de transformar o Rio de Janeiro em modelo de cidade com a definição de “diretrizes a serem seguidas pelos poderes locais e central” (Rabha, op.cit., pg. 38), no início dos anos 1870 o Ministério do Império teria definido como questão urgente a melhoria das condições higiênicas e de circulação. Foram elaborados dois Relatórios da Comissão de Melhoramentos da Cidade (1875 e 1876), composta por Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, Marcelino Ramos da Silva e Francisco Pereira Passos, membros do Corpo de Engenheiros da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O primeiro relatório definiu seu foco no centro - sobretudo na sua zona periférica, no canal do Mangue e no seu entorno - somado a normas relativas às construções de casas particulares. Tal posição certamente relacionava-se aos problemas de salubridade e à concentração de cortiços e estalagens naquela área³⁴ de localização estratégica para a expansão urbana. Foram introduzidas técnicas de alinhamento, normas de edificação³⁵ principalmente no que tange à ventilação, e a permissão para grandes trabalhos públicos urbanos serem realizados pelo setor privado em regime de concessão, tal como apresentado por Beaurepaire Rohan. Quanto aos alinhamentos, se desde pelo menos o século XVII foram objeto de preocupação das edificações no Brasil, após a Lei de Terras de 1850 a questão de determinar a fronteira entre o espaço público e o privado se acentuou com a imposição de venda de glebas, ou seja, do negócio (M. Marx, 1999). Face à proposta de retirada gradativa do uso residencial do centro, sugeria obras de saneamento em áreas públicas e particulares, o alargamento e a abertura de ruas e praças aliados ao dessecamento dos pântanos e ao escoamento das águas pluviais. E para a melhoria das condições portuárias, a ampliação da faixa de cais.

O segundo Relatório manteve a área central como objetivo das proposições - um novo traçado através do arrasamento dos morros do Castelo, Santo Antônio e Senado e o alargamento e retificação das principais ruas com a derrubada de prédios de pequeno valor e o seu prolongamento em direção ao vale das serras do Andaraí e do Engenho Novo, facilitado pela abertura de dois grandes eixos e pela expansão dos transportes coletivos. Um outro elemento teria sido a intenção de setorização das atividades no solo urbano, um rascunho de zoneamento.

Os indícios

Desta narrativa ainda incompleta ficam alguns sinais. No projeto liberal brasileiro, ainda que não inteiramente nacionalista, encontravam-se também presentes os ideários cristão e socialista de base progressista. Se as mudanças propostas, por um lado, vinculavam-se à melhoria das condições de vida dos pobres, sobretudo no que tange à habitação, por outro a eliminação da insalubridade nos alojamentos e na cidade implicava em obras públicas visando também a estabilidade política. A vinda de imigrantes franceses, como os profissionais liberais, técnicos e colonos acelerou a circulação de idéias e de projetos, e os clamores de nossos filantropos, idealistas e organizações civis - igreja,

³⁴ Em 1870 a proporção de cativos no Rio de Janeiro havia decaído para 22% da população. E do total de 192.002 habitantes nas freguesias urbanas, 21.929 viviam em condições precárias, sobretudo em Santana e adjacências.

³⁵ Cujos antecedentes foram, segundo Andreatta (op.cit.), a Rebuilding Act de Londres (1667), a definição da relação entre a altura dos prédios e a largura das ruas em Paris (1793) e as ordenações do Plano de Haussmann para Paris (1853-1870).

imprensa e associações.

O socialismo à ocasião vislumbrava a conservação do que havia de bom - a monarquia constitucional - aliada à melhoria do insuficiente em uma justaposição de princípios éticos do cristianismo - socialismo como “um desígnio da Providência” - com a liberdade política e religiosa do positivismo. Socialismo e cristianismo vislumbravam mudanças no sentido de uma nova organização econômica que pudesse resolver os problemas sociais e de alojamento através de reformas urbanísticas.

As intervenções urbanísticas implementadas tiveram caráter vernacular e de controle. A rápida urbanização, ou lido de outra forma a acumulação de riqueza, e os problemas oriundos da aglomeração e da falta de saneamento, foram denunciados como miséria pela sociedade civil exigindo remédios. Afora isso, o desequilíbrio entre a população branca e escrava, seguida pelo afluxo de trabalhadores estrangeiros livres e pobres tornava-se preocupação das camadas mais aquinhoadas. Pode-se falar aqui de uma política urbanizadora como forma de controlar o processo de urbanização e como remédio aplicado a posteriori, significando não um projeto de futuro mas, na aparente desordem da cidade, o surgimento de uma nova ordem onde os valores fundamentais seriam a eficácia e o rendimento. Uma *cidade nova* tanto para o deslocamento do *locus* do poder como para a implantação de hábitos civilizados.

Na observação dos planos urbanísticos, denominados de Relatórios, percebe-se a delimitação do espaço possível da cidadania. E, neste sentido, são expressões ideológicas do poder onde o urbanismo se tornou uma *instituição* possibilitadora da afirmação da ordenação social. Beaurepaire Rohan, afirmando serem os defeitos da cidade oriundos da falta de um plano, propôs a derrubada de 40% das edificações e posturas relativas à salubridade, sugestões devedoras dos visionários e dos utópicos no que tange à largura das ruas (17,6 metros), à aeração, ao paisagismo - o falanstério não seria o lugar da salubridade e da beleza? E o “Plano dos engenheiros” retomou a definição de usos no solo, um embrião de zoneamento. Ambos projetos na intenção da nova urbe com regularidade e simetria na disforme e irregular cidade existente.

Referências bibliográficas

- Adamovsky, Ezequiel. Russia as a Space of Hope: Nineteenth-Century French Challenges to the Liberal Image of Russia. *European History Quarterly* (33), 2003. Disponível em: <http://ehq.sagepub.com/cgi/content/abstract/33/4/411> at Capes acesso em 25/10/2009.
- Alves Filho, Aluizio. Abreu e Lima no Campo de Marte e no mundo das letras. *Achegas* (36), 2006. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/36/aluizio_36.pdf > acesso em 19/10/2009.
- Andreatta, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
- Benchimol, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.
- Benevolo, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, 3ªed. [1963].
- Bloch, Oscar; Wartburg, Walther Von. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. Paris: PUF, 1968, 5ª ed. [1932].
- Bouchet, Thomas. Beecher Jonathan: Victor Considerant and the rise and fall of French Romantic Socialism. *Cahiers Charles Fourier* (12), décembre 2001. Disponível em: <http://www.charlesfourier.fr/article.php3?id_article=202> acesso em 10/8/2009.
- Brachet, Auguste. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. Paris: Hetzel, 1870.
- Considerant, Victor. *Destinée sociale*. Paris: Librairie Phalansterérienne, 1º vol., 1847, 2ª ed.
- Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>> acesso em 22/10/2009.
- Diegues Junior, Manuel. *População e propriedade da terra no Brasil*. Washington: Organização dos Estados Americanos, 1959.
- Freyre, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2003 [1939; 1949].
- Fridman, Fania. Uma cidade nova no Rio de Janeiro. In *Anais do XIII Encontro Nacional da Anpur*, Florianópolis, 2009.
- . *Paisagem estrangeira. Memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- Gallo, Ivone. O Socialista da Província do Rio de Janeiro. Um olhar sobre o socialismo do século XIX. *Anais do XIX Encontro Regional de História, Poder, Violência e Exclusão*. Anpuh/SP, 2008.
- Gerson, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, 5ª ed. remodelada.
- Glénisson, Jean. Um emigrante francês no Brasil: Jean Etienne Seraine (1827-1854). In Vidal, Laurent; Luca, Tania Regina (orgs.) *Franceses no Brasil. Séculos XIX-XX*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.
- Hugon, Paul. A economia política no Brasil. In Azevedo, Fernando de (org). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Ufrj, 1994, vol.2.
- Leonídio, Adalmir. *Utopias sociais e cientificistas no Brasil no final do século XIX*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos (3), vol. 14, set. 2007.
- Le Littré*. Paris: Hachette, 2000 [1874].
- Linhães, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, 2ª ed.
- Lowy, Michel. *Marxismo e romantismo em Mariátegui*. Disponível em:

<<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/newa/article.php?storyid=1267>> acesso em 10/8/2009.

Mattos, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do império do Brasil*. Tese de doutoramento, Programa de História/Usp, 2007.

Marx, Murillo. *Cidade no Brasil. Terra de quem?*. São Paulo: Edusp; Nobel, 1991.

---. *Cidade no Brasil em que termos?*. São Paulo: Nobel, 1999.

Mendonça, Valdemar. Três datas históricas do urbanismo carioca. *Revista da Directoria de Engenharia* (5), setembro de 1936.

Menezes, Lena Medeiros de. *Os indesejáveis. Desclassificados da modernidade: protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890/1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1996.

Montignot, Henri. *Dictionnaire de diplomatique ou étymologies des termes de la basse latinité*. Nancy: Imp. C. S. Lamort, 1787.

Moraes Silva, Antônio. *Dicionário de Língua Portuguesa recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado*. Rio de Janeiro: Officina das S.A. Litho-Typographia Fluminense, 1922, 10ª ed. (fac símile da 2ª edição de 1813).

---. *Diccionario de Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typ. de Antônio José da Rocha, 1844.

Penna, Lincoln de Abreu. Viagem pelo movimento operário dos séculos 19 e 20. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=450AZL002>> acesso em 22/10/2009.

Priore, M. Dans le apagner des lumières. Francofilia e lusofobia na capital do Brasil oitocentista. In Lessa, C. (org.). *Enciclopédia da brasilidade. Auto-estima em verde e amarelo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

Rabha, Nina Maria de Carvalho Elias (coord.). *Planos urbanos . Rio de Janeiro. O século XIX*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

Ragon, Michel. *Histoire mondiale de l'architecture et de l'urbanisme modernes*. Paris: Casterman, 1971, vol.1.

Rey, Alain (dir.). *Le Robert Dictionnaire historique de la langue française*. Paris: Le Robert, 1993.

Rios Filho, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, 2ª ed. [1946]

Rodrigues, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil, 1675-1913*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

Roquefort, Jean-Baptiste Bonaventure. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. Paris: Decouchant, 1829.

Scheler, Max. *Dictionnaire d'étymologie française*. Paris; Bruxelles: Maisonneuve; Muquardt, 1862.

Schultz, Kirsten. *Versalhes tropical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [2001].

Silva Telles, Pedro Carlos da. *História da Engenharia no Brasil, séculos XIV a XIX*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Ed., 1984.

Soares, Carlos Eugênio Líbano. *Zungú. Rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

Soares, Luiz Carlos. Quilombos. In Vainfas, Ronaldo; Neves, Lucia Bastos Pereira (orgs.) *Dicionário do Brasil joanino 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Trésor de la langue française: dictionnaire de la langue du XIXe et du XXe siècle. Paris: CNRS; Gallimard, 1992.

Werneck da Silva, José Luiz. A Polícia no município da corte 1831-1866. In *A Polícia na corte e no Distrito Federal 1831-1930*. Série Estudos (3), Puc/RJ, 1981.

Periódicos consultados

Diário do Rio de Janeiro: exemplares de 11/12/1847; 11/01/1850; 12/1/1853; 15/1/1853

Almanaque Laemmert: anuários de 1844 a 1886

Revista O Progresso: 4º trimestre de 1846